



PROCESSO Nº	13.956-4/2016
PRINCIPAL	SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MATO GROSSO
RECORRENTES	MARCELO TEIXEIRA MARIA CÉLIA DE OLIVEIRA PEREIRA ANDRÉA OLIVEIRA SABOIA RIBEIRO WARTHA GABRIEL HERRERO ARAÚJO FERNANDES JOICE RODRIGUES DE PAULA KEILA SÂMIA MENDONÇA REIS ROSELANE BARBOSA DE FRANÇA
ASSUNTO	RECURSO ORDINÁRIO
RELATOR	CONSELHEIRO LUIZ HENRIQUE LIMA

JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

1. Trata-se de Recurso Ordinário interposto pelos servidores: Marcelo Teixeira, ex-gerente da Unidade de Gestão de Mão-de-obra; Maria Célia de Oliveira Pereira, ex-Secretária Adjunta Executiva; Andréa Oliveira Saboia Ribeiro Wartha, responsável pela Unidade de Serviços Jurídicos Fazendários; Gabriel Herrero Araújo Fernandes, ex-Gestor da Unidade de Serviços Gerais; Joice Rodrigues de Paula, fiscal de contrato; bem como pela sras. Keila Sâmia Mendonça Reis e Roselane Barbosa de França, analistas administrativas com perfil contadoras, em desfavor do Acórdão nº 117/2018-TP, que julgou a Auditoria de Conformidade realizada para fiscalizar os contratos de prestação de serviços continuados, vigentes no ano de 2016, no âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso, aplicando multa aos recorrentes e determinações legais à atual gestão da Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso.

2. Conforme competência outorgada pelos artigos 271, §§ 1º e 2º, da Resolução Normativa nº 14/2007 – TCE, cumpre-me a análise da admissibilidade do presente Recurso.

3. Dessa forma, passo ao exame dos seguintes requisitos:

a) Cabimento: o recurso interposto está adequado às previsões contidas no artigo 67, *caput*, da Lei Complementar 269/2007 c/c inciso I do artigo 270 da Resolução Normativa nº 14/2007, ambas do TCE;

PMDLAFOZ



b) Legitimidade: conforme disposição expressa do artigo 65 da Lei Complementar nº 269/2007 – TCE c/c o § 2º do art. 270 da Resolução Normativa nº 14/2007 - TCE, estão legitimados a interpor recurso os que são partes no processo principal e o Ministério Público de Contas.

c) Tempestividade: o Acórdão nº 117/2018 – TP foi divulgado no Diário Oficial de Contas – DOC do dia 25/04/2018, sendo considerada como data de publicação o dia 26/04/2018, Edição nº 1.348. O recurso foi interposto e protocolado em 11/05/2018; portanto, dentro do prazo estabelecido no § 4º do artigo 64 da Lei Complementar nº 269/2007, c/c o § 3º do art. 270 da Resolução Normativa nº 14/2007 - TCE .

4. Diante do exposto, considerando que o Recurso em apreço cumpriu todos os requisitos de admissibilidade impostos pela Lei Orgânica e pelo Regimento Interno deste Tribunal, profiro juízo de admissibilidade positivo e conheço do Recurso Ordinário em seu duplo efeito.

5. Remeta-se o feito à Secretaria de Controle Externo da 1ª Relatoria para análise.

6. Após, retorne-me para conclusão.

Cuiabá, 17 de maio de 2018.

(Digitalmente assinado)

LUIZ HENRIQUE LIMA

Conselheiro Interino conforme Portaria nº 122/2017